

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 5 • N.º 9 • MARÇO 96

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *Informática, Apocalíptica e Hermenêutica do Perigo*

ANTÓNIO MANUEL MARTINS — *Pluralismo sem Consenso. A crítica de Rescher aos Pressupostos da Teoria da Acção comunicativa de Habermas*

ANTÓNIO PEDRO PITA — *A Intencionalidade e o Mundo dos Artistas. Mikel Dufrenne na Fenomenologia francesa*

JOÃO BOAVIDA — *Por uma Didáctica para a Filosofia*

ALFREDO SIMÕES REIS — *Perfil do Professor de Filosofia*

JOSÉ E. REIS — *Sobre o Tempo*

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO — *Redução ou Recondução? (Nota sobre Boaventura de Bagnoregio)*

crecente e pervasiva para tomar a informação quantitativa como a base de decisão e de orientação política. Neste contexto, Rescher repete uma ideia que lhe é muito cara e surge, frequentemente nos seus textos. A qualidade do output mede-se pela qualidade do input. No caso vertente, se entra lixo, só pode sair lixo (garbage in, garbage out). Os números não dizem tudo. Rescher lembra a experiência amarga do Vietnam (por critérios puramente quantitativos o desfecho deveria ter sido muito diferente). Mas nem esta nem outras experiências amargas despertam para o bom senso os fanáticos dos números. Rescher remete o leitor para um capítulo de outra obra sua em que trata outros aspectos desta problemática: *Forbidden Knowledge* (Dordrecht, 1987), c. 8, "Number Idolatry and Fallacies of Quantification". O facto de se reconhecer que uma confiança cega nos números, no quotidiano, na vida profissional e na política, pode ser, muitas vezes, mais prejudicial do que benéfica na ajuda a uma reflexão crítica, não quer dizer que se faça a apologia da sua desvalorização indiscriminada e, muito menos, do seu abandono, puro e simples.

No capítulo 8 (122-154), Rescher responde a algumas críticas feitas às teses expostas na sua obra *Idealismo conceptual* (Oxford, 1973).

No capítulo seguinte, explora o contraste entre compreensão causal/explicativa e compreensão normativa/experiencial (155-175). Sublinha a importância de adoptar uma atitude positiva face à ciência e aos problemas caracteristicamente humanos. Daí a relevância da distinção entre ciência e cientismo. A este propósito cita a célebre proposição 6.52 do *Tractatus Logico-philosophicus*: "Sentimos que mesmo que fossem resolvidas todas as questões científicas possíveis, os problemas da vida nem sequer teriam sido abordados. É claro que então, não haveria mais nenhuma questão, e esta é exactamente a resposta". Rescher comenta, lapidarmente, "é tão verdadeira a primeira afirmação como é falsa a segunda" (174).

No capítulo sobre "Os limites do relativismo cognitivo" (176-211) e no seguinte, sobre "os deficits do desconstrucionismo" (212-225), demarca a sua posição contextualista de outras interpretações correntes que desembocam num relativismo indiferentista. O objectivo estratégico não é uma exegese cuidada da posição dos autores visados mas a clarificação da posição de Rescher relativamente às possíveis consequências da sua compreensão da racionalidade.

No capítulo final (226-239) analisa, esquematicamente, algumas questões levantadas pela inconsistência do nosso conhecimento: muitas das nossas convicções são, em rigor, incompatíveis. Rescher advoga, na sequência de outros trabalhos conhecidos sobre este tema, uma atitude positiva e tolerante face à inconsistência controlada. É óbvio que esta tolerância face à inconsistência não impede a busca de estratégias que a minimizem e de soluções alternativas.

Numa palavra, estamos perante um texto rico e sugestivo como é timbre das obras de Rescher. Em matéria de utilização da linguagem simbólica na discussão de certos assuntos, constatamos, mais uma vez, uma elegância e simplicidade raras.

António Manuel Martins

NAGEL, Thomas — *Que quer dizer tudo isto? Uma iniciação à filosofia* (Lisboa: Gradiva, 1995), Filosofia Aberta 1, 92 pp.

Para iniciar uma nova colecção "Filosofia Aberta" a editorial Gradiva escolheu o pequeno opúsculo de Thomas Nagel "Que quer dizer tudo isto?" onde o conhecido professor de filosofia do Direito, da Universidade Estadual de Nova Iorque introduz, de

uma maneira desprezenciosa, algumas das grandes questões que preocupam toda a gente. É uma iniciação à filosofia precisamente porque as respostas que se analisam, neste texto, são de ordem filosófica. A dimensão filosófica é dada, antes de mais, pelo facto de a reflexão se apoiar, basicamente, na análise conceptual e argumentativa. De facto, Thomas Nagel parte do pressuposto que a melhor introdução à filosofia não é aquela que inicia na leitura dos textos dos grandes clássicos da história do pensamento mas sim a que leva o leitor a reflectir sobre certas questões — que ele designou noutra obra sua *Mortal Questions* — que constituem a “matéria-prima filosófica” (8). Trata-se, portanto, de um texto que vai ao encontro da experiência, polifacetada, do leitor sem apelar para qualquer conhecimento de escritos filosóficos, do passado ou do presente. Pretende surpreender a interrogação filosófica, ao nível espontâneo e ingénuo, apelando para o pensamento crítico que deve ser apanágio de todos os cidadãos. Oriundo de outra tradição cultural onde a filosofia ocupa um lugar muito diferente no sistema de ensino, este texto pode, contudo, prestar excelente ajuda a professores e alunos que o quiserem usar no contexto português actual. Pode servir para contrabalançar alguns dos aspectos menos positivos do actual programa de Introdução à Filosofia: uma excessiva tendência para recorrer a uma terminologia demasiado sobredeterminada; proliferação incontrolada de referências textuais descontextualizadas; subordinação excessiva dos conteúdos programáticos a sistemas taxonómicos da própria filosofia — por natureza efémeros; e outros que não cabe aqui mencionar e muito menos explicitar. Sobretudo para alunos que não pretendem, mais tarde, fazer uma licenciatura em filosofia mas sim em Direito, Ciências ou qualquer outra área científica, o tipo de abordagem deste texto torna-se, porventura, mais vantajoso. É óbvio que se trata de prioridade, de uma questão de maior ou menor ênfase. Não se pode cortar, de modo algum, o acesso aos grandes textos.

Os nove problemas tratados por Nagel são os seguintes: o conhecimento do mundo externo; o conhecimento de outras mentes; a relação entre a mente e o cérebro; a possibilidade da linguagem; o livre arbítrio; as bases da moral; desigualdade e injustiça; a morte e o sentido da vida.

Pelo estilo, conciso e outras qualidades intrínsecas da reflexão nele condensada, o livro de Nagel pode, efectivamente abrir muitas mentes para uma reflexão filosófica. Se o conseguir, também entre nós, terá cumprido a sua missão.

António Manuel Martins

WESTON, Anthony — *A Arte de Argumentar* (Lisboa: Gradiva, 1996)
Filosofia Aberta 2, 145 pp [inclui um Apêndice à edição portuguesa
— pp. 130-145 — da autoria de Desidério Murcho que é também o tradutor]

Em boa hora a Gradiva colocou à disposição do público português este livro de regras que a Hackett Pu. Co lançou nos EUA, em 1986, com enorme sucesso. Trata-se de um texto que pertence a um género literário pouco cultivado. Enquanto “livro de regras” não pretende introduzir o leitor nos meandros da argumentação pela via clássica dos manuais de lógica (formal ou informal) ou dos tratados de argumentação e de retórica. De facto, o texto não chega sequer a entrar numa verdadeira tradução para linguagem simbólica dos argumentos analisados. O que o autor pretende é destacar algumas regras de inferência e de metodologia, devidamente exemplificadas e identificadas, que possam servir de base a uma avaliação da própria escrita e da escrita dos outros.